



PARTE B

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Listagem n.º 354/2008

Nos termos do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a listagem das contribuições financeiras concedidas pelo Conselho Económico e Social às entidades abaixo mencionadas, durante o 1.º semestre do ano de 2008.

25 de Julho de 2008. — A Secretária-Geral, *Paula Cristina Agapito Silva Barbas*.

Entidade decisora	Beneficiário	Montante (euros)	Data da decisão
Presidente do CES	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses	16 182,00	08-02-2008
Presidente do CES	União Geral dos Trabalhadores	16 182,00	08-02-2008
Presidente do CES	Confederação dos Agricultores de Portugal	13 485,00	08-02-2008
Presidente do CES	Confederação do Comércio Português	13 485,00	08-02-2008
Presidente do CES	Confederação da Indústria Portuguesa	13 485,00	08-02-2008
Presidente do CES	Confederação do Turismo Português	13 485,00	08-02-2008
Presidente do CES	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses	16 182,00	08-05-2013
Presidente do CES	União Geral dos Trabalhadores	16 182,00	08-05-2013
Presidente do CES	Confederação dos Agricultores de Portugal	13 485,00	08-05-2013
Presidente do CES	Confederação do Comércio Português	13 485,00	08-05-2013
Presidente do CES	Confederação da Indústria Portuguesa	13 485,00	08-05-2013
Presidente do CES	Confederação do Turismo Português	13 485,00	08-05-2013



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Despacho n.º 20712/2008

Nos termos do artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e na sequência da publicação do Decreto Regulamentar n.º 44/2007, de 27 de Abril, que aprovou a orgânica da Direcção-Geral das Autarquias Locais, da Portaria n.º 573-A/2007, de 30 de Abril, que fixou o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e do meu Despacho n.º 10.765/2007, de 14 de Maio, que criou as unidades flexíveis desta Direcção-Geral, determino:

1 — É nomeado em regime de substituição, para o cargo de Chefe de Divisão da Divisão para a Gestão e Análise Financeira (DGAF) desta Direcção-Geral, cargo de direcção intermédia do 2.º grau, o licenciado Rui Pedro Viveiros Pereira Dias, Técnico Superior do quadro de pessoal desta Direcção-Geral.

2 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir de 1 de Agosto de 2008.

21 de Julho de 2008. — A Directora-Geral, *Eugénia Santos*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado

Curriculum académico e formativo relevante:

Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do Instituto Nacional de Administração.

Situação profissional:

Técnico Superior, área de Finanças Autárquicas, quadro de pessoal da Direcção-Geral das Autarquias Locais.

Experiência profissional:

Entre 2001 e 2003 — Bolseiro de investigação no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa;

Desde 2004 — Técnico Superior na Direcção-Geral das Autarquias Locais, desempenhando, nomeadamente, as seguintes funções:

a) Cálculo da participação das autarquias locais nos impostos do Estado e elaboração dos demais documentos necessários para efeitos de preparação do Orçamento do Estado (capítulo das finanças locais), acompanhando o respectivo processamento;

b) Acompanhamento e monitorização da evolução do endividamento municipal;

c) Acompanhamento da gestão económico-financeira da administração local autárquica e a aplicação do sistema contabilístico vigente, visando criar condições para a uniformização das soluções e para a transparência na sua prática;

d) Desenvolvimento de metodologias de recolha de informação financeira das autarquias locais, designadamente com o recurso a sistemas de informação baseados no envio remoto de dados por parte dos municípios;

e) Elaboração de pareceres, análises, estudos e informações sobre matérias de incidência autárquica.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 20713/2008

1 — Nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, face aos resultados muito positivos evidenciados no relatório atempadamente apresentado e às perspectivas de melhorias a introduzir nos próximos anos, é renovada a comissão de serviço do Mestre Luís Filipe Bruno da

Costa de Moraes Sarmento para exercer funções no cargo de direcção superior de 1.º grau de Director-Geral do Orçamento.

2 — O presente despacho produz efeitos a 18 de Agosto de 2008.

29 de Julho de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA SAÚDE.

Despacho n.º 20714/2008

O Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, estabelece, no seu artigo 18.º, que a cremação é feita em cemitério que disponha de equipamento que obedeça às regras definidas em portaria conjunta dos Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Saúde e do Ambiente.

Decorridos 10 anos desde a entrada em vigor do referido diploma legal, tal regulamentação ainda não foi elaborada, pelo que se torna premente que sejam estabelecidas regras para a instalação e funcionamento dos fornos crematórios nos cemitérios, bem como para a necessária monitorização, no que se refere, nomeadamente, ao controlo das emissões gasosas.

Nestes termos determina-se o seguinte:

1 — É criado um grupo de trabalho com o objectivo de elaborar a portaria prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro.

2 — O grupo de trabalho tem a composição seguinte:

- a) Licenciado Paulo Feliciano de Vilhena Diegues, da Divisão de Saúde Ambiental da Direcção-Geral da Saúde, que coordena;
- b) Licenciada Anabela Maria Lemos Rodrigues Santiago, da Divisão de Saúde Ambiental da Direcção-Geral da Saúde;
- c) Licenciado Sérgio Abílio Carneiro, da Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional da Direcção-Geral da Saúde;
- d) Licenciada Cristina Maria Figueiredo dos Santos Nogueira Lopes Galvão, delegada de saúde da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
- e) Licenciada Otilia Gomes, do Departamento de Alterações Climáticas, Ar e Ruído da Agência Portuguesa do Ambiente;
- f) Licenciada Margarida Castelo Branco, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;
- g) Licenciada Brígida Carvalho, funcionária da Divisão de Gestão Cemeterial da Câmara Municipal de Lisboa, em representação da ANMP — Associação Nacional de Municípios Portugueses.

3 — O apoio técnico, logístico e informático ao grupo de trabalho é prestado pela Direcção-Geral da Saúde.

4 — O grupo de trabalho apresenta à Ministra da Saúde, no prazo de 90 dias, o trabalho previsto no n.º 1 do presente despacho.

23 de Julho de 2008. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho n.º 20715/2008

Completoou-se no passado dia 3 de Maio de 2008 o prazo de três anos sobre o início de funções do actual presidente do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., bem como de dois dos vogais do mesmo conselho directivo.

Atendendo a que, no decurso destes três anos, os referidos elementos deram provas da sua excepcional competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções para que foram nomeados, determina-se o seguinte:

1 — É renovado o mandato do licenciado Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho de presidente do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P.

2 — São renovados os mandatos dos licenciados António Manuel Soares Nogueira de Lemos e José Manuel Pinheiro da Silva e Sá de vogais do mesmo conselho directivo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 4 de Maio de 2008.

29 de Julho de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

(nota biográfica)

Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho, nascido a 24 de Junho de 1955, licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa; Mestrado (parte curricular) em Gestão de Projectos. Docente Universitário. Desempenhou funções de Gestor em empresa multinacional do sector farmacêutico entre 1979 e 1996. Foi Coordenador do Gabinete Técnico de Apoio à Comissão Nacional do Rendimento Mínimo de Outubro de 1996 a Novembro de 1997 e Presidente da Comissão Nacional do Rendimento Mínimo de Novembro de 1997 a Dezembro de 2002, cargo para que foi nomeado, de novo em 2006. Entre Maio de 1998 e Fevereiro de 2003 foi Presidente do Instituto para o Desenvolvimento Social e Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco entre Julho de 2001 a Janeiro de 2003. É Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Segurança Social desde Maio de 2005 e Presidente do Conselho Nacional da Segurança Social desde Junho de 2007. Para além de representante de Portugal e Vice-Presidente do Comité de Protecção Social da EU, foi Coordenador do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) entre Março de 2001 e Fevereiro de 2003, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas de Janeiro de 2003 a Abril de 2005 e Membro do Conselho Económico e Social.

Curriculum vitae

(nota biográfica)

António Manuel Soares Nogueira de Lemos, nascido a 23 de Junho de 1955, em Aveiro. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1978. Pós-graduado em Assessoria Jurídica da Empresa, realizada no Instituto Superior para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Reverificador assessor do quadro da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, onde exerceu funções de auditor no Gabinete de Auditoria Interna. Foi advogado entre 1981 e 1984. Entre 1984 e 1996 foi técnico superior aduaneiro, com diversas funções técnicas e de coordenação nas Alfândegas de Aveiro e Freixiense, tendo feito um estágio de formação numa alfândega italiana no âmbito do Programa Comunitário Mateus. De Maio de 1996 a Janeiro de 1999 foi Vice-Presidente da Comissão de Coordenação do Centro, com responsabilidades directas nas áreas de apoio às autarquias, administração (gestão de recursos humanos, gestão administrativa e gestão financeira), área de documentação e informação, Eurogabinete e estrutura técnica de apoio ao regime de incentivos RIME. Entre 1999 e 2004 foi Vogal da Comissão Executiva do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P., com responsabilidade directa nas seguintes áreas funcionais: Departamento de Recursos Humanos, que compreendia a área do pessoal, formação interna e organização, Direcção de Serviços Administrativos, Direcção de Serviços de Instalações e Gabinete de Comunicação; foi também responsável por diversos projectos, sobretudo ligados à modernização dos serviços. É vogal do Conselho Directivo do Instituto de Segurança Social, I. P., desde Maio de 2005.

Curriculum vitae

(nota biográfica)

José Manuel Pinheiro da Silva e Sá, licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, concluído em 1973, com a classificação final de 14 valores. Desempenhou funções de Técnico no Gabinete de Planeamento do Ministério das Corporações e Previdência Social entre 1971 a 1975; Técnico Superior da Secretaria-Geral do Ministério dos Assuntos Sociais de 1975 a 1977. Foi Membro do Executivo do Grupo de Informática da Saúde (GIS) do Ministério da Saúde de 1977 a 1980; De 1980 a 1981 foi Administrador Regional Centro do Serviço de Informática da Saúde; Desempenhou o cargo de Subdirector Geral do Departamento de Gestão Financeira dos Serviços de Saúde do Ministério da Saúde de 1981 a 1986; Na Comissão Instaladora do Serviço de Informática da Saúde foi Vogal entre 1983 a 1987. Consultor em regime de conta própria no sector privado de 1976 a 1988, sendo a tempo inteiro de 1987 a 1988. Entre 1988 a 1989 foi Director do Departamento de Desenvolvimento Empresarial da Compta-RH;